



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
COORD. LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA**

Érica Silva dos Santos

**INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NA ESCOLA**

**Campina Grande – PB
2014**

Érica Silva dos Santos

**INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NA ESCOLA**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como exigência para obtenção do título de graduada no curso de Licenciatura Plena em Química da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone da Silva Simões

**Campina Grande – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237i Santos, Érica Silva dos.
Inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais na escola [manuscrito] / Érica Silva dos Santos. - 2014.
45 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Química) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e
Tecnologia, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Simone da Silva Simões,
Departamento de Química".

1. Educação inclusiva. 2. Prática pedagógica. 3. Pessoas
com necessidades especiais. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

ÉRICA SILVA DOS SANTOS

**INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NA ESCOLA**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como exigência para obtenção do título de graduada no curso de Licenciatura Plena em Química da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

APROVADA EM 31/07/2014

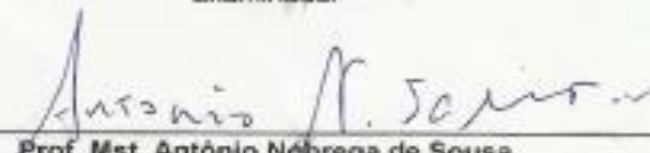
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Simone da Silva Simões
Departamento de Química – CCT/UEPB
Orientadora



Prof. Esp. Thiago Pereira da Silva
Departamento de Química – CCT/UEPB
Examinador



Prof. Mst. Antônio Nóbrega de Sousa
Departamento de Química – CCT/UEPB
Examinador

Aos meus pais, filhos, esposo e familiares
que acreditaram e me incentivaram na
realização deste sonho. **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela saúde e força que me deu para dar continuidade durante toda a caminhada, com muito esforço e dedicação, foi o meu alicerce na construção de mais essa etapa da minha vida;

Ao meu esposo, José Clayton em especial, que sempre me incentivou e apoiou nas horas mais difíceis, me encorajando a tornar esse sonho uma realidade.

Aos meus pais, Firmino e Socorro, que investiram no meu futuro.

Aos meus filhos, Alan Mateus e Eliaquim, que são a fonte de toda minha força para mais essa realização.

A professora Simone Silva Simões, pela compreensão, dedicação e sabedoria ao me orientar.

Aos meus colegas José Gutemberg de Mendonça e Paulo Deyvity Rodrigues de Sousa que contribuíram para a coleta de dados desse TCC.

Ao coordenador do curso de Química Juracy, pela gentileza e apoio sempre que busquei.

A todos os professores do Departamento de Química, pelas idéias passadas nas aulas, que contribuíram de forma significativa para minha formação acadêmica.

A todos os colegas de classe, pela amizade e companheirismo durante toda a jornada.

“O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

(Boa ventura de Souza Santos).

RESUMO

A educação inclusiva é um tema de extrema relevância nos dias atuais, tendo em vista a conscientização da população em termos de inclusão social e das políticas públicas que viabilizam a entrada e permanência de portadores de deficiência no ambiente escolar. Os tipos de deficiência são os mais variados podendo a mesma ser de cunho físico, visual, auditiva ou cognitiva. Com o objetivo de trazer uma contribuição ao processo de educação inclusiva é importante entender que não se pode simplesmente inserir um educando com necessidades especiais no ensino regular sem nenhum acompanhamento específico, os mesmos necessitam de apoio técnico acessibilidade e contato com recursos pedagógicos que auxiliem no desenvolvimento das atividades de forma que aprendam cada um a seu tempo, as tarefas que são comuns aos demais alunos da classe, e que assim se possa garantir o envolvimento e o desenvolvimento completo do educando na sua parte física, psíquica, social e por fim intelectual. Este trabalho toma como objeto de estudo a prática pedagógica de professores que trabalham com alunos com necessidades especiais em salas de aula de escolas da rede regular de ensino, com intuito de analisar as políticas públicas voltadas ao ensino e aprendizagem de pessoas com necessidades especiais, verificando assim a ocorrência dos resultados desse processo. Utilizou-se como método de pesquisa de campo de natureza mista descritiva feita com alunos e professores de escolas públicas estaduais localizadas na cidade de Campina Grande-PB. Pesquisa essa pela qual foi dividida em três etapas, a primeira etapa, procedeu-se ao levantamento bibliográfico acumulada na área, de modo que, conhecendo-a, fosse possível definir a visão teórica que orientaria a análise dos dados sendo consultados assim vários artigos, livros e textos. A segunda etapa se deu através da aplicação de questionários que foram aplicados a 468 alunos e 12 professores para dar uma idéia de como se procede atualmente nossa educação em relação ao tema abordado. E a terceira contempla exatamente o tratamento e análise dos dados que foram obtidos na primeira e segunda etapa. Os resultados apontaram que mesmo com muita abordagem do tema relacionado às políticas públicas educacionais inclusivas não se efetivaram nas salas regulares de ensino pesquisadas.

PALAVRAS-CHAVE: 1 Educação inclusiva 2 prática pedagógica 3 necessidades especiais

LISTA DE SIGLAS

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE – Plano Nacional da Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
INEP – Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
MEC – Ministério da Educação
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
CCT – Centro de Ciências e Tecnologia
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
ONGs – Organizações
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
AACD – Associação de Assistência a Criança Defeituosa
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo
CAS – Centro de Capacitação Profissional da Educação e de Atendimento a pessoas com surdez
CAP – Centro de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual
NAPPB – Núcleo Pedagógico de Produção Braille
AEE – Atendimento Educacional Especializado
IPES – Instituto Público de Educação Superior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
NAAHS – Núcleo de Atividade de Altas Habilidades Superdotação
SEESP – Secretaria de Educação Especial
SE – Secretaria de Educação
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBC - Instituto Benjamin Constant

IPES - Instituições Públicas de Educação Superior

SUMÁRIO

RESUMO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos	13
1.1.1 Gerais	13
1.1.2 Específicos	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 INCLUSÃO SOCIAL	14
2.1.1 Inclusão social relacionada às pessoas portadoras de deficiências	14
2.2. POLÍTICAS PUBLICAS RELACIONADAS À INCLUSÃO SOCIAL	15
2.2.1. Programa escola acessível	15
2.2.2. Programa educação inclusiva: direito à diversidade	16
2.2.3. Programa BPC na escola	16
2.2.4. Formação continuada de professores na educação especial	16
2.2.5. Implantação de salas e de recursos multifuncionais	16
2.2.6. Livro acessível	17
2.2.7. Prolibras	17
2.2.8. Acessibilidade de educação superior	17
2.2.9. Prêmio experiências educacionais	18
2.2.10. Centro de formação e recurso	18
2.3. EDUCAÇÃO ESPECIAL	18
2.4. A ORIGEM DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	20
2.5. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES	24
2.6. PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO BRASIL	25
2.6.1. Frequência escolar de crianças com deficiência na escola	25
2.6.2. Nível de instrução de pessoas com deficiência	26
2.7. EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NAS CLASSES DO ENSINO REGULAR	27
3.METODOLOGIA	29
4.RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA VISÃO DOS DOCENTES	30
4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS RESPOSTAS DOS DISCENTES	33
4.3 ANÁLISE CRÍTICA DOS ENTREVISTADORES	36

5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES.....	43

1 INTRODUÇÃO

Ao se abordar a educação inclusiva, especialmente a de pessoas com necessidades especiais, é necessário levar em conta questões como: à formação do professor; às necessidades do aluno com necessidades educacionais especiais; o ambiente escolar em termos de acessibilidade; bem como, às tecnologias e aos recursos pedagógicos necessários e possíveis de serem aplicados no processo de ensino e aprendizagem como também o papel do interpretes em sala de aula para orientação destes sujeitos. Neste contexto, é significativo falar sobre as leis relacionadas a este tema; o dia-a-dia nas escolas; a estrutura física do ambiente escolar; a preparação dos professores; os recursos utilizados em sala de aula; entre outros assuntos pertinentes. A abordagem destes aspectos tem o intuito de entender melhor o cotidiano escolar de crianças e adolescentes com necessidades especiais e poder avaliar com propriedade a eficiência das políticas públicas atuais.

O tema educação inclusiva é extremamente relevante nos dias atuais, haja vista a conscientização da população no geral em termos de inclusão social e das políticas públicas que viabilizam a entrada e permanência de portadores de deficiência no ambiente escolar. Os tipos de deficiência são os mais variados podendo a mesma ser de cunho físico, visual, auditiva ou cognitiva.

Tendo em vista o cenário apresentado, o presente trabalho visa analisar a adequação das escolas estaduais de ensino médio, da cidade de Campina Grande – Paraíba, em lidar com discentes que apresentem algum tipo de necessidade especial.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

- ✓ Analisar como as escolas estaduais de ensino médio, da cidade de Campina Grande – Paraíba estão se adequando para atender discentes com necessidades especiais.

1.1.2 Específicos

- ✓ Verificar as condições físicas das escolas analisadas quanto ao recebimento de alunos com necessidades especiais;
- ✓ Avaliar o preparo dos professores da rede pública de ensino em relação à educação de discentes com necessidades especiais;
- ✓ Identificar possíveis falhas relacionadas aos programas governamentais relacionados à inclusão escolar de discentes com necessidades especiais.
- ✓ Avaliar a ocorrência de preconceito dentro do ambiente escolar.
- ✓ Verificar a eficiência das políticas públicas desenvolvidas no âmbito da inclusão escolar de portadores de deficiência, tanto em relação à formação dos docentes, quanto à efetiva inclusão destes indivíduos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INCLUSÃO SOCIAL

Inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais sendo que estas, simultaneamente, se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Assim, a pessoa com necessidades especiais deve encontrar na sociedade, caminho propício para o seu desenvolvimento através de sua educação e qualificação para o trabalho. Estando ele já inserido no processo, a sociedade se adapta às suas limitações (SASSAKI, 2007).

2.1.1 Inclusão social de pessoas portadoras de deficiências

A inclusão social das pessoas portadoras de deficiências tem como objetivo torná-las sujeitos ativos de seus direitos e lutem contra o preconceito em torno da questão. Considerando a situação social na qual estão inseridas, decorrente do descaso do poder público e da desinformação por parte de diferentes setores da sociedade (IBDD, 1998).

Para isso foi elaborado um documento que não se restringe apenas para pessoas portadoras de necessidades especiais, mas sim para todos os cidadãos do planeta, que leva em conta especialmente a luta contra a discriminação e opressão. Visando principalmente à dignidade e a igualdade das pessoas.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948 foi estabelecida os seguintes direitos humanos:

Direitos Civis: direito à liberdade e segurança pessoal; à igualdade perante lei; à livre crença religiosa; à propriedade individual ou em sociedade; e o direito de opinião (Art. 3 ao 19). **Direitos Políticos:** liberdade de associação para fins políticos; direito de participar do governo; direito de votar e ser votado (Arts. 20 e 21). **Direitos Econômicos:** direito ao trabalho; à proteção contra o desemprego; à remuneração que assegure uma vida digna, à organização sindical; e direito à jornada de trabalho limitada (Arts. 23 e 24). **Direitos Sociais:** direito à alimentação; à moradia; à saúde; à previdência e assistência; à educação; à cultura; e direito à participação nos frutos do progresso científico (Art.25 ao 28), [...] (UNESCO,1998).

Os direitos citados anteriormente foram conseguidos com muita dificuldade ao longo de muitos anos. Direitos esses voltados para toda sociedade e

consequentemente deve ser atribuído também para as pessoas portadoras de deficiências, que por sua vez enfrentam maiores dificuldades na vida cotidiana e no meio social, levando em conta todos os fatores (falta de acessibilidade, exclusão, preconceito, entre outros). Logo se percebe que esses direitos são descumpridos na maior parte dos países. Mostrando assim o total desrespeito perante as leis vigentes e principalmente perante a população de modo geral, por parte dos nossos governantes e representantes.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INCLUSÃO SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Políticas públicas são os conjuntos de medidas que o Estado procura executar para um determinado campo de atividades sociais (FILHO, 2007).

Desse modo segundo (OLIVEIRA; AMARAL, 2004), nada mais justo que a formulação de várias ações que provocaram mudanças, sobretudo, a que se traduz na ruptura com a atitude de benevolência e na adoção de uma posição política, centrada na garantia do direito e acesso à cidadania dos sujeitos com necessidades especiais.

Neste contexto, o governo tem o dever de promover programas que diminuam as dificuldades enfrentadas por pessoas portadoras de necessidades especiais, no intuito de assegurar a lei que por sua vez é direito de todos, e principalmente daqueles que sofrem algum tipo de desvantagem, ou seja, exclusão social. A seguir serão expostos alguns programas de governo que estão disponíveis atualmente pelo ministério da educação referente à educação inclusiva.

2.2.1 Programa escola acessível

Este programa tem o objetivo de promover condições de acessibilidade em relação ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos das escolas públicas municipais e estaduais de ensino regular. Os recursos são disponibilizados pelo PDDE. Além da sua adequação da parte física da escola, também disponibiliza aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistida, entre outros (MEC, 2011).

2.2.2 Programa educação inclusiva: direito à diversidade

É um programa que oferece cursos em parceria com o Ministério da Educação direcionados a formação continuada de professores e gestores das redes estaduais e municipais de ensino para capacitá-los na educação especial. Tornando assim as salas de ensino regular capazes de atender alunos com deficiência (MEC, 2011).

2.2.3 Programa BPC na escola

É um programa que acompanha o acesso e a permanência das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC na escola, até a idade de 18 anos, é assistenciado pelos ministérios de Educação, saúde, com parceria de outros órgãos, prestando assistência social e garantindo os direitos humanos. Com isso espera-se criar condições para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência. Além disso, acontece todo ano um censo Escolar para acompanhar os índices de exclusão e inclusão nas escolas desses beneficiários (MEC, 2007).

2.2.4 Formação continuada de professores na educação especial

É um programa cujo objetivo é a formação continuada de professores na Educação Básica com intenção de aperfeiçoamento e especialização para que os mesmos atuem nas salas de aula com recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) (MEC, 2011).

2.2.5 Implantação de salas de recursos multifuncionais

O programa tem o objetivo de implantar salas de aula com recursos multifuncionais com materiais pedagógicos e de acessibilidade, para o atendimento educacional especializado, complementar ou suplementar à escolarização. Os materiais didático-pedagógicos, equipamentos, mobílias e de acessibilidade são fornecidos pela Secretaria de Educação Especial. Este programa é direcionado às

escolas das redes de ensino municipais, estaduais, para acolher com qualidade alunos com deficiência, transtornos entre outros (MEC, 2007).

2.2.6 Livro acessível

Este programa tem como objetivo oferecer a acessibilidade, em relação Livro Didático e Biblioteca Escolar, tendo em vista assegurar livros em formato acessível aos estudantes com deficiência visual matriculados em escolas públicas da educação básica. É um programa que possibilita o acesso de texto por meio de áudio, em formato digital, e em braile, além da criação do Acervo Digital e da disponibilidade de laptop para alunos cegos. Tem parcerias entre SECADI, FNDE, IBC e Secretarias de Educação, às quais se vinculam os CAP e os NAPPB (MEC, 2003).

2.2.7 Prolibras

É um programa que tem como objetivo aplicar exames para certificar se realmente o profissional está apto, no que diz respeito a interpretar ou traduzir libras, logo é disponibilizado um diploma que consta a certificação nacional de proficiência no uso e ensino de Libras, comprovando assim a competência do profissional em traduzir ou interpretar no ensino básico ou superior (MEC, 2010).

2.2.8 Acessibilidade à educação superior

É um programa cujo objetivo assegurar e garantir condições para que um aluno com deficiência tenha acesso na educação superior. Com isso se promove uma adequação do ambiente físico para proporcionar acessibilidade, tendo em vista a construção de rampas, alargamento de portas e vias, barras de apoio, entre outros. E também aderir recursos de tecnologia assistiva para promover acessibilidade pedagógica, como também aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade, como cadeira de rodas e etc. (MEC, 2010).

2.2.9 Prêmio experiências educacionais inclusivas

Com a intenção de valorizar e incentivar boas práticas de inclusão nas classes comuns regulares de escolas públicas foi criado o prêmio experiências educacionais inclusivas, que além da valorização também visibiliza o trabalho feito pela comunidade escolar tendo em vista a melhoria da educação inclusiva (MEC, 2011).

2.2.10 Centro de formação e recurso

A fim de atender pessoas com os mais variados tipos de deficiências foram criados Centros específicos como o CAP, CAS e NAAH/S, para promover a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado, como também produzir material didático acessível (MEC, 2011).

2.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é um direito assegurado pela lei nº. 8.490/1992 no nosso país, desde a pré-escola como também o ensino superior; é de responsabilidade da Secretaria da Educação Especial (SEESP, 1992), órgão integrante do Ministério da Educação e do Desporto que dá suporte às entidades federais, estaduais, municipais e particulares e que tem a responsabilidades em elaborar e coordenar várias atividades para sua implantação.

A Educação Especial é constituída de ações pedagógicas com a finalidade de formar cidadãos conscientes, promovendo assim o desenvolvimento das habilidades do aluno. Logo essas ações são separadas por princípios específicos como: normalização, individualismo, integração, construção do real e etc.. Cada um com seu significado, onde serão explicados a seguir:

- **Normalização:** deve – se oferecer às pessoas portadoras de necessidades especiais as mesmas oportunidades a que fazem jus as pessoas ditas normais;
- **Individualização:** pressupõe adequar o atendimento educacional às necessidades de cada aluno, com respeito às suas diferenças individuais;

- **Integração:** processo que implica em ações interativas, exercidas com reciprocidade entre duas ou mais pessoas ou instituições;
- **Construção do real:** entendido com resultado da conciliação entre o que é possível e o que é necessário ser feito;
- **Legitimidade:** Entendido como participação das pessoas portadoras de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades ou de representantes legais, na elaboração e formulação de políticas públicas, planos e programas, apontando soluções. (BRASIL, 1994, p.10)

Em relação a educação especial também foi elaborado um capítulo tendo vista a política nacional de educação, que assegura o direito dos portadores de necessidades especiais no acesso à escola para a apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos, pretendendo atingir assim a finalidade da educação para todos. Logo se trata da lei do capítulo V da LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), que traz em seu conteúdo e se refere à educação especial como uma modalidade de educação escolar, oferecida principalmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais trazendo em seu contexto os seguintes direitos:

- § 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
 - § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
 - § 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
 - Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
 - I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
 - II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
 - III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
 - IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
 - V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996).

O PNE (Plano Nacional de Educação) também fala a respeito dessa clientela pela a Lei nº 10.172 de 2001, onde estabeleceu os objetivos e metas que seriam alcançadas pelas políticas educacionais brasileiras nos próximos dez anos. Foi proposto prazos para estabelecer o desenvolvimento de propostas elementares visando à necessidade da melhoria do sistema educacional brasileiro.

O PNE propõe uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, na qual a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de necessidades é uma medida importante.

Nesse sentido o PNE determina que:

Nos primeiros cinco anos de vigência deste plano, redimensionar conforme as necessidades da clientela, incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e outras alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam. (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2001, p. 66).

De acordo com a resolução SE nº. 95, de 21/11/2000, (SÃO PAULO, 1995) em seu artigo 7º declara que:

“Artigo 7º- A implementação de Serviços de Apoio Pedagógico Especializado (SAPÉs) tem por objetivo melhorar a qualidade na oferta da educação especial da rede estadual, mediante uma reorganização que favoreça a adoção de novas metodologias nas classes especiais bem como a inclusão gradativa do alunado em classes comuns do ensino regular.”(SÃO PAULO, 2000).

Dentro do conjunto de leis e medidas que foram mencionadas anteriormente devemos ter em mente a importância de cobrarmos o cumprimento e assegurar o compromisso que nossos governantes assumem conosco no que diz respeito à educação básica que seja efetivamente completa e de qualidade para o povo, dando ênfase principalmente a expansão da educação especial.

2.4 A ORIGEM DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A origem dos serviços de educação especial no Brasil foi primeiramente com caráter assistencial, ou seja, visando apenas o bem estar das pessoas portadoras de deficiência. Em seguida observou-se a necessidade de introduzir os aspectos médicos e psicológicos.

De acordo com Pessotti (1984) o período de segregação nasceu com o intuito de oferecer um tratamento médico e aliviar a sobrecarga familiar e social, não propriamente para oferecer educação. Neste contexto a educabilidade destas

peças ficava somente a conhecimento da área médica e ocorriam geralmente em instituições filantrópicas e religiosas com o aval do governo, mas sem nenhum envolvimento do poder público.

Após 1958, observa-se um investimento tanto na área técnica quanto científica, junto às secretarias e instituições especializadas, por parte do Ministério da Educação, e um estímulo às campanhas educacionais, visando incentivar a educação das pessoas portadoras de educação especial (JANUZZI, 1992).

Segundo Canziani (1995), no decorrer dos anos setenta, começa o movimento de “vida independente” nos Estados Unidos e outros países. Onde pais, portadores de deficiências e dos profissionais estavam à frente desse movimento, que por sua vez defendia a abolição da dependência e ressaltava o direito das pessoas com deficiência, de construir sua autonomia, sendo sujeitos e não mais objetos de decisões tomadas sobre elas.

De acordo Mendes (1995), foi no final do século XIX e em meados do século XX, que surgiram algumas escolas especiais e centro de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que pessoas com deficiência, poderiam ser produtivas, se recebessem escolarização e treinamento adequado. Desse modo chegaram então às instituições escolares e, depois a integração da educação especial no sistema geral de ensino.

Segundo Mazzota (1996, p.27), a história da educação especial passou por dois grandes períodos:

- 1854 a 1956 – Iniciativas oficiais e particulares isoladas, tendo este período à fundação do “Imperial Instituto para Meninos Cegos”, atual (Instituto Benjamin Constant), o Imperial Instituto dos Surdos – Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos;
- 1957 a 1993 – definidas por ações oficiais no âmbito nacional;

Logo as classes especiais públicas vão surgir devido à necessidade científica de separar pessoas com necessidades especiais de aprendizagem daquelas que podem frequentar as aulas convencionais, com o intuito de se formar salas homogêneas.

Antes disso em 1961 destaca-se a Lei nº. 4.024/61 (BRASIL, 1961) da LDB por ser um dos únicos documentos que reafirma o direito dos excepcionais à educação, propõe no art. 88, que para inseri-los dentro da comunidade, sua educação deverá sempre dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral da

educação. Observa-se então que o princípio básico aí implícito é o de que a educação dos deficientes deve ocorrer com a utilização dos mesmos serviços educacionais organizados para a população em geral.

A educação especial no Brasil teve seu início no século XIX, onde tivemos experiências norte americanas e europeias, com algumas pessoas que praticavam ações isoladas para atender as necessidades das pessoas com deficiência física, mentais etc. Ações essas que não eram originadas de políticas públicas educacionais concretas. Foi no início dos anos 1960 que a educação especial foi implantada no sistema educacional brasileiro, com a denominação “educação dos excepcionais”.

A ideia de integração surge com a intenção de derrubar a prática da exclusão social que percorreu durante muitos séculos. As instituições foram se aprimorando para atender melhor as pessoas com deficiência. O que se pretendia era proporcionar serviços possíveis a essas pessoas, pois a sociedade não os recebe nos serviços comumente existentes na comunidade.

No Brasil, as medidas mais concretas referentes à Educação Especial, ocorreram nas décadas de 20 e 30 do século XX. Nesta época são implantadas as primeiras classes de Educação Especial num contexto de superação de políticas de governadores.

Com o passar dos tempos, muitos autores nacionais quanto os estrangeiros se mostram de maneira insatisfeita com as práticas da Educação Especial, pois com relação aos esforços, constata-se que os alunos com deficiência, distúrbios de conduta e talentos especiais, continuam excluídos, sejam das escolas comuns até as escolas ou centros especiais, seja com relação à apropriação do saber, na intensidade e com relação aos seus ritmos de aprendizagem.

De acordo com Omote (1999) em paralelo ao crescimento da rede privada, houve uma expansão de ofertas aos alunos com deficiência tanto em classes especiais como em salas de recursos e unidades de ensino itinerante.

Apesar disso Bueno (1993) alega que:

“O número de crianças absorvidas pela Educação Especial foi ainda bastante reduzido, tanto em termos de oferta de vagas nas escolas públicas, como em relação ao número de atendimentos oferecidos pela rede privada” (BUENO, 1993, p.96).

O atendimento educacional dos alunos com deficiência apresentou pequenas modificações nas décadas de 60 e 70 devido às constantes lutas no intuito de que

houvesse efetivação de seus direitos como pessoas e pelo processo de democratização pelo qual passava a educação.

Aos poucos, através das instituições como ONGs, associações, pais e amigos dos excepcionais a questão da deficiência foi deixando de ser médica e passava a ser educacional.

A necessidade de uma política educacional foi se mostrando necessária em meados dos anos 70, quando o Ministério da Educação assume que esta clientela necessita de cuidados especiais no Lar, na Escola e na sociedade. Em 1986 a expressão “alunos excepcionais” foi trocada por “alunos portadores de necessidades especiais”

De acordo com a SEESP (BRASIL, 1994, p.30) propõe como política pública, que o atendimento as pessoas com deficiência seja oferecido em 2 tipos:

Modalidades que favoreçam a integração:

- Classe comum com serviços de apoio especializados;
- Sala de Recursos nas Escolas;
- Classe Especial nas Escolas;
- Ensino Itinerante nas Escolas;

Modalidades mais Segregativas:

- Escolas Especiais;
- Escolas Especiais Residenciais;
- Escolas Especiais em Hospitais;
- Oficinas Pedagógicas
- Núcleos de Produção ou Similar.

Atualmente o discurso da inclusão está bem aguçado, movimento este, muito invocado dentre os assuntos da Educação Especial, atingindo a pauta da Educação Regular em todos os níveis de ensino e em diversas partes do país.

Mas apesar dos “esforços” dos governantes brasileiros, na questão do acesso a todos, os números ficam a desejar, e se concentram mais em pólos desenvolvidos, ou nas capitais. Já na zona Rural, o atendimento é quase nulo. Para que esses alunos se integrem com os demais é preciso que haja além de muita compreensão, ações interativas entre os professores, a instituição e os próprios colegas de classe.

2.5 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Levando em conta os professores que trabalham com alunos com necessidades especiais, são oferecidos cursos de aprimoramento ou formação continuada, porém além dos problemas rotineiros, esses aperfeiçoamentos oferecidos constantemente não alcançam os resultados almejados.

Segundo Fonseca (1995) é preciso urgentemente preparar todos os professores, para se obter sucesso na inclusão, através de um processo de inserção progressiva. Porém os professores, só poderão adotar esta postura se forem adequadamente equipados, se sua formação for melhorada, se lhes forem dados meios de avaliar seus alunos e elaborar objetivos pedagógicos e podendo contar com uma orientação eficiente nesta mudança de postura para buscar novas aquisições e competências.

Sabemos da importância da realização dos cursos preparatórios. Mas é preciso, contudo pontuar que durante esse processo de formação torna-se imprescindível que o professor tenha contato e possibilidades de discussão sobre a prática pedagógica bem sucedida, ou seja, aquelas possíveis de serem realizadas, para que ai sim possa se pensar na implementação de um currículo eficaz. Levando em conta que o professor ministrante do curso tenha na sua vida profissional realmente atendido esse público alvo, e, sobretudo a comprovação da eficácia de determinada prática pedagógica adotada.

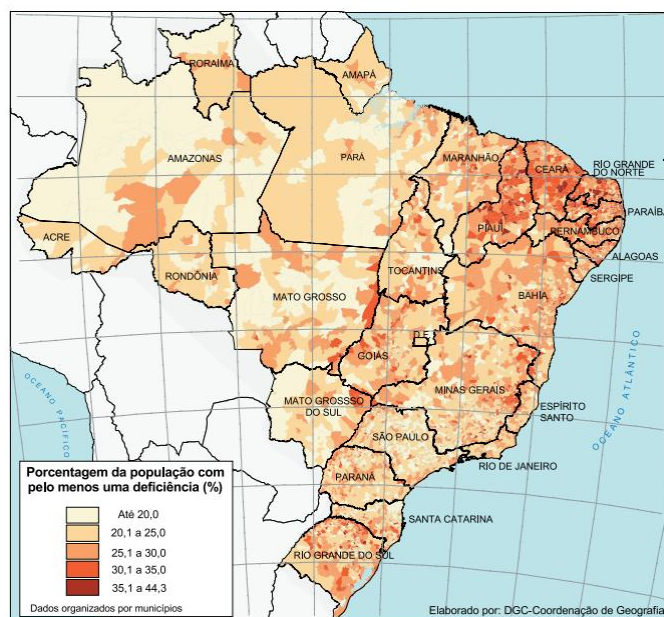
Também se deve levar em conta a validade da educação inclusiva, no entanto, é indiscutível o fato de que a criança interage com o meio, considerando-se sua maneira própria, diferente de entrar em contato com o mundo, respeitando sempre suas possibilidades e limites.

De acordo com Sasaki (1997), inclusão é “um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Logo o ensino, neste contexto deve-se adaptar às necessidades dos alunos, ao invés de ser ao contrário, ou seja, o aluno adaptar-se aos paradigmas preconcebidos a respeito do ritmo e da natureza e dos processos de aprendizagens.

2.6 PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Para se ter uma ideia geral de acordo com o (IBGE 2010) o número aproximado de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência no Brasil é de 45606048 milhões de pessoas, gerando assim uma população em termos percentuais de aproximadamente 23,9%. Neste caso, pode-se considerar deficiências quaisquer problema de funcionamento ou falta de parte anatômica, embargando com isto dificuldades a vários níveis, seja de locomoção, percepção, pensamento ou relação social. A região que concentra os municípios com os maiores percentuais da população com pelo menos algum tipo de deficiência pesquisada foi a Nordeste, como mostra a figura 1.

Figura 1 - Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população residente dos municípios - Brasil – 2010.



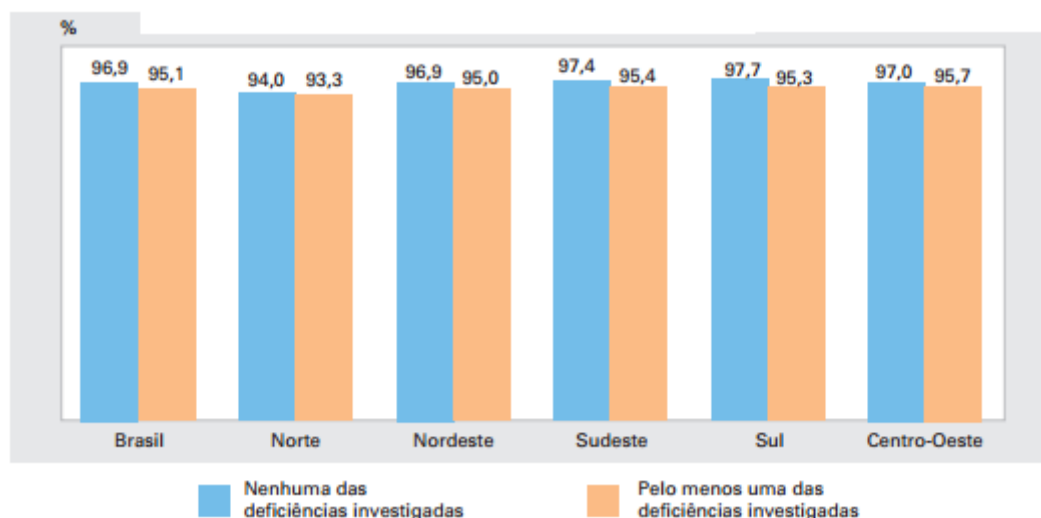
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

2.6.1 Frequência escolar de crianças com deficiência na escola

Considerando a faixa etária de 6 a 14 anos, foi calculada a taxa de escolarização das crianças com pelo menos uma das deficiências investigadas pelo IBGE, que foi de 95,1%, cerca de dois pontos percentuais menor do que a taxa de escolarização das crianças dessa mesma faixa etária sem nenhuma dessas deficiências, que foi de 96,9% (IBGE 2010), como mostra a figura 2 .

Observou-se que a região Norte teve a menor taxa de alfabetização de crianças com deficiência em relação as outras regiões do país, porém a diferença percentual entre as crianças com e sem deficiência foi a menor. Levando em conta o Nordeste a diferença percentual entre as crianças com e sem deficiência é quase dois pontos, esses índices em relação a inclusão é relacionados com alguns fatores que foram abordados anteriormente.

Figura 2 - Taxa de escolarização das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo as Grandes Regiões – 2010.

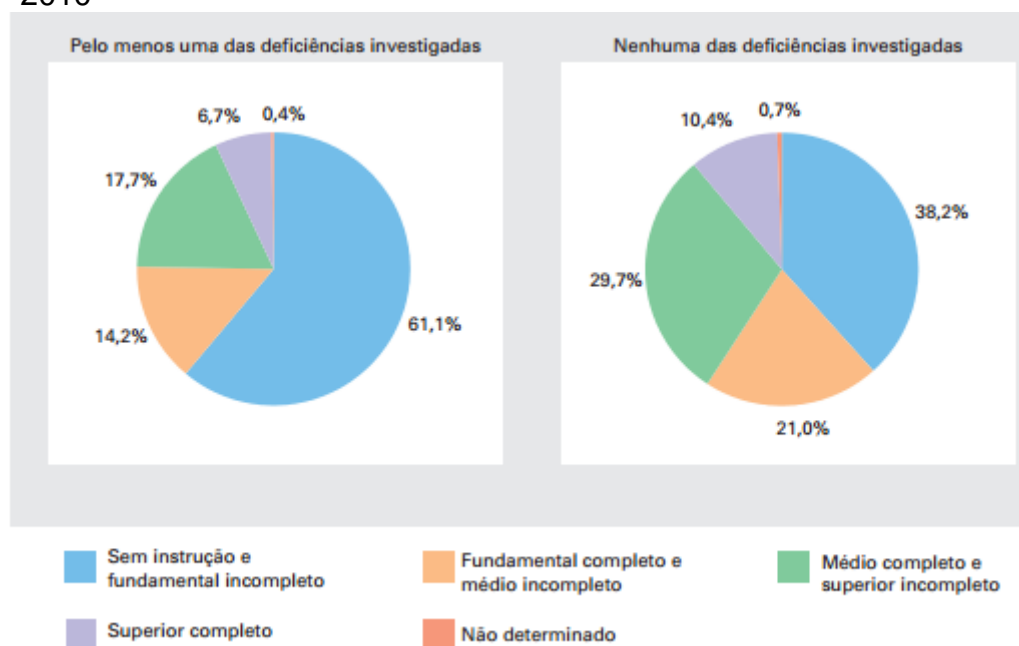


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

2.6.2 Nível de instrução de pessoas com deficiências

Em relação ao nível de instrução de pessoas portadoras de deficiência no Brasil que foram coletados no censo demográfico 2010, observou-se diferenças significativas. Enquanto 61,1% da população de 15 anos ou mais de idade com deficiência não tinha instrução ou possuía apenas o fundamental incompleto, esse percentual era de 38,2% para as pessoas de 15 anos ou mais que declararam não ter nenhuma das deficiências investigadas, representando uma diferença de 22,9 pontos percentuais. Outra diferença observada também em pontos percentuais foi para o ensino médio completo e o superior incompleto, onde o percentual de população com 15 anos ou mais com deficiência foi de 17,7% e para as pessoas sem deficiência foi de 29,7%. Observou-se ainda que a menor diferença estava no ensino superior completo: 6,7% para a população de 15 anos ou mais com deficiência e 10,4% para a população sem deficiência (IBGE, 2010).

Figura 3 - Distribuição percentual da população de 15 anos ou mais de idade, por existência de pelo menos uma das deficiências investigadas e nível de instrução - Brasil - 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

2.7.EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NAS CLASSES COMUNS DO ENSINO REGULAR

Os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2008 apontam um crescimento significativo nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular. O índice de matriculados passou de 46,8% do total de alunos com deficiência, em 2007, para 54% no ano passado. Estão em classes comuns 375.772 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (MEC, 2008).

Esse crescimento é reflexo da política implementada pelo Ministério da Educação, onde inclui vários programas que foram citados e abordados anteriormente, e conseqüentemente espera-se que ocorra a funcionabilidade e adequação dos programas educacionais inclusivos existentes.

Figura 4 – Evolução da política de inclusão nas classes comuns de ensino regular



Fonte: Inep/MEC

Em relação à inclusão nas classes comuns de ensino regular segundo o INEP/MEC observa-se uma evolução nas matrículas de pessoas com deficiência das mesmas, e uma diminuição das matrículas em escolas especializadas, como mostra a Figura 4.

3 METODOLOGIA

Este trabalho utilizou como método a pesquisa de campo e a aplicação de questionários, para o melhor entendimento do assunto abordado. Em relação aos questionários, os mesmos foram utilizados para a coleta de dados. Estes questionários abordaram tanto os docentes (APÊNDICE A) e quanto os discentes (APÊNDICE B), do Ensino Médio de escolas localizadas na cidade de Campina Grande-PB. A pesquisa foi realizada no segundo semestre do ano letivo de 2012.2.

Inicialmente realizou-se a revisão da literatura sobre o tema educação inclusiva e elaboraram-se os questionários (APÊNDICE A e B). Estes questionários foram aplicados ao público-alvo, no intuito de verificar o seu nível de conhecimento em relação à acessibilidade, inclusão social e adequação da estrutura e profissionais para lidar com pessoas portadoras de necessidades especiais. O questionário aplicado aos docentes foi composto por nove questões, sendo duas subjetivas e sete objetivas. Já o questionário aplicado aos discentes (APÊNDICE B) foi composto por seis questões sendo três objetivas e três subjetivas.

A população representada por esta pesquisa é formada pelos estudantes dos turnos manhã e tarde dos 1º, 2º e 3º ano do ensino médio de escolas estaduais. Para conferir representatividade ao estudo realizado, foram entrevistados docentes e discentes de escolas das 4 microrregiões de Campina Grande (norte, sul, leste e oeste). Ao todo foram abordadas um total de doze escolas e entrevistados aproximadamente 468 discentes e 12 docentes e escolas tornando assim uma amostra quantitativa.

A aplicação dos questionários foi realizada por 3 alunos do curso de Licenciatura em Química. Na ocasião da aplicação destes questionários, foi feita uma avaliação da estrutura física e condições de acessibilidade nas escolas visitadas.

Após a realização dos questionários foi preciso analisar cada questionário individualmente para coletar as informações necessárias para a obtenção e discussão dos dados. Os resultados obtidos foram comentados e em seguida demonstrados através de gráficos de setores, para que pudessem ficar melhor representados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

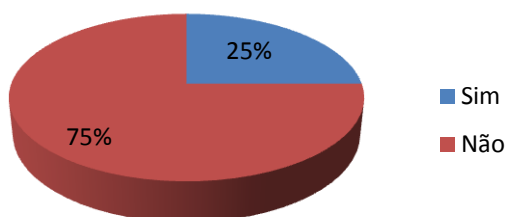
Os resultados deste estudo foram obtidos através da análise das respostas aos questionários 1 e 2 (APÊNDICE A e B) e da observação dos entrevistadores. Os resultados serão apresentados nas sessões a seguir de forma quantitativa, utilizando de gráficos de setores, como também de maneira qualitativa a partir da análise crítica dos dados.

4.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA VISÃO DOS DOCENTES (APÊNDICE A).

As questões 1 e 2 do apêndice A foram relativas ao nome e escola a qual o docente pertencia.

A questão 3 abordou a adequação da estrutura física para atender às pessoas com necessidades especiais. Como resultado foi observado que, dos 12 professores que responderam o questionário, 3 professores (25%) responderam que a escola possuía instalações adequadas para a atender as pessoas com necessidades especiais, em particular cadeirantes. Enquanto que 9 professores (75%) responderam que a escola não possuía estrutura física adequada em termos de acessibilidade. Como mostra o gráfico de setores da Figura 5.

Figura 5: Gráfico de setores representando as respostas relacionadas à questão 3 do APÊNDICE A.



Fonte: Próprio autor

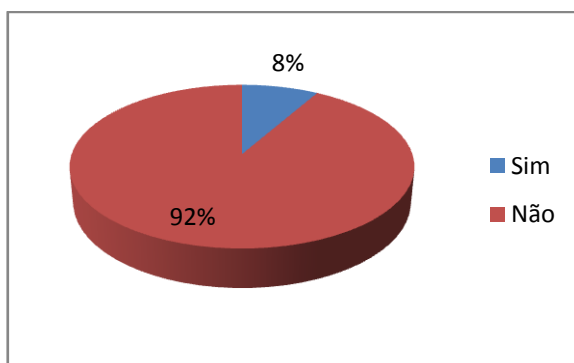
A questão 4 abordou sobre a adequação do corpo docente para o atendimento das pessoas com necessidades especiais. Para essa pergunta a resposta foi unânime todos os professores (100%) responderam que o corpo docente não era adequado, ou seja, os profissionais inseridos no contexto escolar

não são preparados para ensinar essa clientela. Esses dados revelam que as políticas públicas educacionais para a educação especial não estão sendo aplicadas como pede a LDB (1996).

A questão 5 se refere a uma autoanálise dos professores para saber se os mesmos acham-se aptos para ensinar pessoas com necessidades especiais. De acordo com os resultados obtidos para esta questão, 100% dos professores entrevistados não se achavam aptos para ensinar pessoas com necessidades especiais. Deste modo, fica clara a insegurança e o despreparo desses profissionais, em relação ao tema abordado.

A questão 6 aborda sobre a questão da capacitação dos professores entrevistados, eles foram perguntados se já fizeram ou desejam fazer algum curso preparatório para trabalhar com pessoas com necessidades especiais. Como resultado dessa questão apenas um professor já havia participado de um curso preparatório, enquanto que 11 (92%) deles nunca participaram. No entanto todos os professores entrevistados demonstraram o desejo de participar de um curso de capacitação nesta área. Nesse sentido é importante destacar que os cursos mencionados anteriormente ofertados pelo MEC são facilmente encontrados através do acesso a internet, portanto fica a dúvida do real interesse desses profissionais, como também indica a falta de acesso aos programas governamentais na sua totalidade, mostra-se então que poucos professores são submetidos à formação continuada nesta área. Como mostra o gráfico de setores da Figura 6.

Figura 6: Gráfico de setores representando as respostas relacionadas à questão 6 do APÊNDICE A.



Fonte: Próprio autor

A questão 7 refere-se ao conhecimento dos professores em relação a programas e projetos oferecidos pelo governo que os oriente quanto ao ensino de pessoas com necessidades especiais. Esta questão demonstrou que nenhum professor tinha conhecimento de projetos ou programas para orientação de professores em relação ao ensino de pessoas com necessidades especiais. Comprova-se então, a falta de conhecimento dos professores a respeito dos programas de governo, como também a falta de divulgação referente ao assunto tratado. Por tanto fica explícita o desinteresse de ambos os lados nesse sentido.

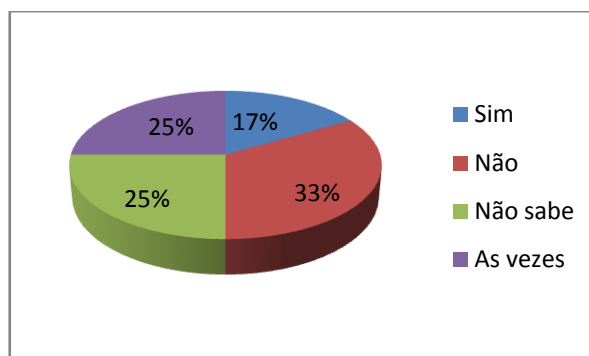
A questão 8 sondou quais eram as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores entrevistados, no tocante ao ensino ou convívio em ambiente escolar com pessoas portadoras de deficiência. De acordo com as respostas dos questionários, os professores citaram que as maiores dificuldades foram: falta de capacitação, falta de recursos técnicos para ministrar as aulas e a falta de preparação para atender a algumas necessidades de determinados alunos. Dessa maneira, estes fatores são caracterizados como agravantes para a desmotivação desses profissionais e conseqüentemente o despreparo para o atendimento eficaz desse público alvo.

A questão 9 trata a respeito da opinião dos professores em relação a cursos preparatórios. As respostas foram variadas, 4 (33%) dos professores entrevistados acreditam que os cursos preparatórios não funcionam, 2 (17%) acreditam que funcionam, 3 (25%) não souberam responder e 3 (25%) responderam que os cursos funcionam as vezes. Essa questão demonstrou que realmente eles não tinham conhecimento da eficácia dos cursos preparatórios, pois não obtiveram vivência nos cursos e sabiam de nenhum colega de trabalho que tivesse participado dos cursos. Como mostra o gráfico de setores da Figura 7.

R.1: *“Geralmente não funcionam porque infelizmente ainda não damos a importância que deveríamos dar aos portadores de necessidades especiais”.*

R.2: *“Funcionam, mas falta mais investimento”.*

Figura 7: Gráfico de setores representando as respostas relacionadas à questão 9 do APÊNDICE A.



Fonte: Próprio autor

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS RESPOSTAS DOS DISCENTES (APÊNDICE B).

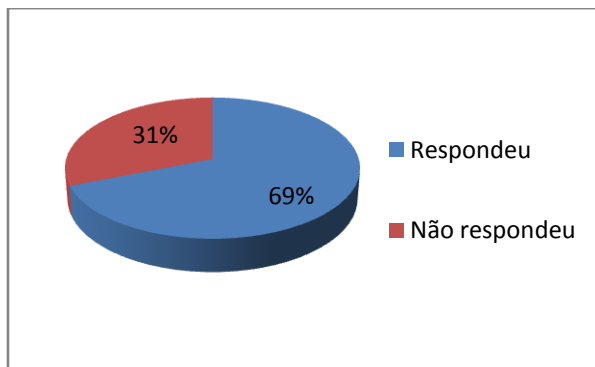
As questões 1 e 2 do apêndice B foram relativas ao nome e escola a qual o discente pertencia.

A questão 3 se refere ao entendimento dos estudantes em relação ao conceito de inclusão social. Dos 468 estudantes entrevistados, 323 (69%) estudantes conseguiram definir o conceito de inclusão social, mesmo sendo uma definição objetiva, 145 (31%) estudantes não souberam responder ou deixaram essa questão sem resposta. Isto mostra que mesmo sendo um tema bem atual, ainda não é bem esclarecido perante os alunos. Como mostra o gráfico de setores da Figura 8.

R.1: *“É quando pessoas que tem necessidades especiais são tratadas de maneira igual às pessoas normais”.*

R.2: *“Forma de incluir pessoas com problemas especiais na sociedade e serem tratadas como pessoas normais, independente de cor, raça, deficiências, entre outras”.*

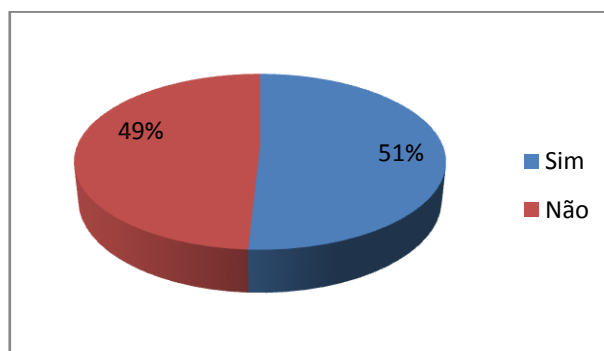
Figura 8: Gráfico de setores representando as respostas relacionadas à questão 3 do APÊNDICE B.



Fonte: Próprio autor

A questão 4 verificou se os alunos tinham em seu círculo de amizades algum colega com necessidades especiais. Para essa questão, 238 (51%) estudantes responderam que tinham algum colega com necessidades especiais e 230 (49%) disseram que não tinham. Como mostra o gráfico de setores da Figura 9. Foi possível observar que das escolas visitadas apenas uma escola tinha uma única pessoa com necessidades especiais (cadeirante) no momento do questionário, isso mostra que se houver mais algum portador de deficiência possa ser alguma deficiência que não seja perceptível, ou ainda que os alunos possuíssem colegas que não fosse do ambiente escolar.

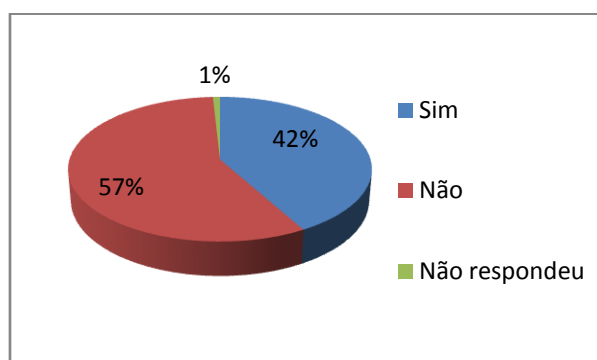
Figura 9: Gráfico de setores representando as respostas relacionadas à questão 4 do APÊNDICE B.



Fonte: Próprio autor

A Questão 5 verificou se os alunos observaram se os colegas com necessidades especiais sentiam alguma dificuldade na escola. Para essa questão 196 (42%) estudantes afirmaram que o colega sentia alguma dificuldade, 268 (57%) estudantes não observou nenhuma dificuldade e 4 (1%) não respondeu essa questão, como mostra o gráfico de setores da Figura 10. Nesta resposta fica clara a falta de observação dos alunos, tendo em vista que um aluno com necessidades especiais sentiria dificuldade sim tanto na sala de aula, quanto na locomoção pela escola, local na maioria das vezes com grandes escadarias, dificultando o acesso nas dependências da escola.

Figura 10: Gráfico de setores representando as respostas relacionadas à questão 5 do APÊNDICE A.



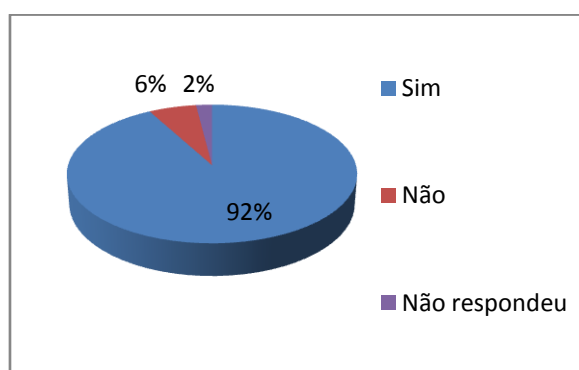
Fonte: Próprio autor

A questão 6 indica o que os alunos acham em relação a estrutura física da escola se é preciso e o que é preciso melhorar. Para essa questão a maioria dos estudantes 430 (92%) afirmou que a estrutura da escola poderia ser melhorada, cerca de 30 (6%) disseram que não precisava melhorar. 8 (2%) alunos não responderam. Como mostra o gráfico de setores da Figura 11. De acordo com as respostas dos alunos o que poderia ser melhorado na escola, as mais mencionadas foram: construção de rampas de acesso, bebedouros adequados, banheiros organizados para uso dos cadeirantes, diminuição de degraus, entre outras. É perceptível facilmente que a maioria das escolas visitadas não apresenta adequação nas suas condições físicas para o acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais.

R.1: “Corredores adaptados às pessoas que possui necessidades especiais para eles não se sentirem excluídos”.

R.2: “Embora já haja rampas de acesso à escola, ainda faltam locais como o auditório, que é quase todo formado por degraus”.

Figura 11: Gráfico de setores representando as respostas relacionadas à questão 7 do APÊNDICE B.



Fonte: Próprio autor

4.3 ANÁLISE CRÍTICA DOS ENTREVISTADORES

Levando em conta as visitas feitas as escolas já relacionadas anteriormente foi possível observar amplamente a questão da inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais. Neste contexto foram observadas as escolas quanto à estrutura física, como também foi possível entender como estão preparados atualmente o corpo docente atuante nas mesmas.

Em relação à estrutura das escolas, observam-se de maneira geral que as mesmas não se encontram adaptadas para que pessoas com necessidades especiais possam ter acessibilidade no deslocamento sem que haja à necessidade da ajuda de terceiros. São geralmente construções arcaicas que ficam durante muito tempo sem reformas, ou seja, são locais com muitas escadarias, que não contêm rampas de acesso, nem banheiros com corrimão e sem espaço algum para movimentar-se, os bebedouros geralmente possuem alturas inadequadas. Das 12 (doze) escolas visitadas apenas 3 (três) apresentavam a estrutura adequada.

Em relação à preparação do corpo docente das mesmas, observou-se a insegurança, o despreparo e o desconhecimento referente ao assunto tratado. Em geral, os profissionais não são convidados e incentivados a participar de cursos, minicursos, formações ou eventos para a reciclagem dos mesmos em relação ao atendimento especializado de pessoas com necessidades especiais. Apesar de (OLIVEIRA; AMARAL, 2004) identificar a importância da formulação das ações centrada na garantia dos direitos e acesso à cidadania dos portadores de necessidades especiais. Não se tem evidência na eficácia dessas ações por não se tornarem concretas.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se consciência de que a inclusão e integração de pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino é de fato um direito adquirido teoricamente. Porém quando se trata da realidade é muito diferente, pois somos sabedores de que a maioria das escolas municipais, estaduais e até mesmo as universidades não dispõem de profissionais preparados para esse fim, e nem mesmo o ambiente físico das instituições dão suporte para a inserção dessas pessoas no ambiente escolar. Além disso, devemos também salientar que os recursos como materiais didático-pedagógicos e equipamentos adequados para esse trabalho na maioria das vezes nem existem nas escolas. Vale lembrar também, que não basta apenas pensar no que se diz respeito à questão didático-pedagógico e estrutural das instituições escolares, mas também a cidade como um todo deve dar condições de acessibilidade para as mesmas, pois o percurso casa-escola já se torna um agravante empecilho para o deslocamento, retirando assim a autonomia dessas pessoas. E conseqüentemente tornando o cotidiano muito difícil para esses sujeitos e na maioria das vezes até impossível para encarar. Deste modo, é necessário que as políticas públicas educacionais relativas à inclusão escolar sejam de fato colocadas em prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL (MEC). **Censo 2008 indica tendências da educação**. Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11960. Acesso em 24/03/ 2013.

BRASIL (MEC). **Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular**. Brasília, 2008. Disponível em: http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/chart_42.php. Acesso em: 24/03/2013.

BRASIL (MEC). **Lei nº 10.172, de 09/01/2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 4.024/61. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Diário Oficial, 21 de dezembro de 1961.

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações: Acessibilidade à educação superior**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17433&Itemid=817>. Acesso em: 22/01/ 2013.

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações: BPC na escola**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17432&Itemid=817>. Acesso em: 19/01/2013.

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações: Centro de formação e recurso**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17437&Itemid=817>. Acesso em: 26/01/2013

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações: Educação inclusiva: Direito à diversidade**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17434&Itemid=817>. Acesso em: 19/01/2013

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações: Formação continuada de professores na educação especial**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17431&Itemid=817>. Acesso em: 19/01/2013.

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações: Livro acessível**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17435&Itemid=817>. Acesso em: 22/01/2013.

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações:** Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas: a escola aprendendo com as diferenças. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17434&Itemid=817>. Acesso em: 24/01/2013.

BRASIL. (MEC). Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC/SEESP, 1994.

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações:** Programa escola acessível. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17428&Itemid=817>. Acesso em: 18/01/2013.

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações:** Prolíbras. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17436&Itemid=817>. Acesso em: 22/01/2013

BRASIL (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Programas e ações:** Salas de recursos multifuncionais. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 21/01/ 2013.

BRASÍLIA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996.

BUENO, José. G.S. **Educação Especial Brasileira: Integração/Segregação Do Aluno Diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CANZIANI, M. L. **Crianças Deficientes, Psicodiagnósticos**. Educação. Porto Alegre. RS, 1995.

FONSECA, V. **Educação Especial: Programa de Estimulação Precoce: Uma introdução às idéias de Fuerstein**. 2ª Ed. Porto Alegre – Editora Artes Médicas, 1995.

IBDD – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Inclusão social da pessoa com deficiência:** medidas que fazem a diferença. Rio de Janeiro: IBDD, p. 21, 2008. Disponível em: <http://www.ibdd.org.br/arquivos/inclusaosocial.pdf>. Acesso em: 01/02/2013.

IBGE. **Características Gerais da população, religião e pessoas com deficiências**. Censo Demográfico: Rio de Janeiro, p.73, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/CensoDemografico2010/CaracteristicasGeraisReligiaoDeficiencia/caracteristicasreligiaodeficiencia.pdf>. Acesso em: 03/02/2013.

IBGE. **Características Gerais da população, religião e pessoas com deficiências**. Censo Demográfico: Rio de Janeiro, p.74, 2010. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/CensoDemografico2010/CaracteristicasGeraisReligiaoDeficiencia/caracteristicasreligiaodeficiencia.pdf> . Acesso em: 03/02/2013.

IBGE. **Características Gerais da população, religião e pessoas com deficiências.** Censo Demográfico: Rio de Janeiro, p.81, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/CensoDemografico2010/CaracteristicasGeraisReligiaoDeficiencia/caracteristicasreligiaodeficiencia.pdf>. Acesso em: 04/02/2013.

IBGE. **Características Gerais da população, religião e pessoas com deficiências.** Censo Demográfico: Rio de Janeiro, p.82, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/CensoDemografico2010/CaracteristicasGeraisReligiaoDeficiencia/caracteristicasreligiaodeficiencia.pdf>. Acesso em: 04/02/2013.

JANNUZZI, G. A. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental:** A construção científica de um conceito e a realidade. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, M.A.M.; AMARAL, C.T. **O aluno especial na escola regular:** inclusão ou exclusão? In: Reunião anual da ANPED, 27, Caxambu, 2004.

OMOTE, S. **Normalização, Integração e Inclusão.** Revista Ponto de Vista: v.1, p.4–12, 1999.

PALMA FILHO, J. C. **Impactos da globalização nas políticas públicas em educação.** In: PALMA F. J. C. e TOSI P. G.(Orgs). Pedagogia Cidadã: Caderno de formação: Política Educacional. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2007.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental da superstição à ciência.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda, EDUSP, 1984.

SÃO PAULO, **RESOLUÇÃO SE Nº 95.** Secretaria Estadual de Educação. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://lise.edunet.sp.gov.br/paglei/resolucoes/952000.htm>. Acesso: 26/02/2013.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro, WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração universal dos direitos humanos:** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Brasília, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 17/01/2013.

Leituras Complementares

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: **Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos – Apresentação**. 3º ed. Rio de Janeiro, 2011.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, p.175, 2002.

MICHAELIS, dicionário. Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=jogo>. Acesso em: 09/11/2013.

APÊNDICES



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC**

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR

- 1) Nome:
- 2) Escola:
- 3) A escola que você ensina tem estrutura física para atender pessoas com necessidades especiais? **SIM () NÃO ()**
- 4) O corpo docente é adequado para atender pessoas com necessidades especiais? **SIM () NÃO ()**
- 5) Você se acha apto para ensinar pessoas com necessidades especiais?
SIM () NÃO ()
- 6) Você já fez ou deseja fazer algum curso preparatório para trabalhar com pessoas com necessidades especiais? **SIM () NÃO ()**
- 7) Você tem conhecimento se o governo oferece algum programa ou projeto para a orientação de professores quanto ao ensino de pessoas com necessidades especiais? **SIM () NÃO ()**
- 8) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo professor, para trabalhar com pessoas portadoras de deficiência?
- 9) Em sua opinião esses cursos preparatórios realmente funcionam no cotidiano do professor?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
LICENCIATURA PLENA EM QUÍMICA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO-TCC**

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

- 1) Nome:
- 2) Escola:
- 3) O que é inclusão social?
- 4) Você tem algum colega com necessidades especiais?
SIM () NÃO()
- 5) Você observou se o seu colega sentia alguma dificuldade na escola?
SIM () NÃO()
- 6) Algo poderia ser melhorado na estrutura física da sua escola? O quê?
SIM () NÃO()